

RODRIGO RAMINA DE LUCCA

I – ATIVIDADES PROFISSIONAIS

- Advogado (desde 2009)
- Sócio-fundador do escritório Ramina de Lucca, Bibas & Siqueira de Carvalho Advogados (de 2009 até a presente data)
- Professor de Direito na pós-graduação da Academia Brasileira de Direito Constitucional de 2015 até a presente data
- Professor de Direito na pós-graduação da ESMAFE/PR de 2023 até a presente data
- Professor de Direito na pós-graduação da Faculdade de Direito de Vitória de 2021 até a presente data
- Professor de Direito na pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar entre 2009 e 2020

II – ATUAÇÕES PRÉVIAS EM ARBITRAGENS

- Litígio entre incorporadora imobiliária e construtora envolvendo o cumprimento de custo máximo garantido de obra, prazo de entrega, alterações de projetos e alterações do escopo contratual
- Litígio entre empreendedora imobiliária e concessionária de serviço público em que se discutia a responsabilidade pela inexecução de empreendimento imobiliário em razão de construções subterrâneas no terreno cedido
- Litígio societário em que o sócio pretendia a prestação de contas e a responsabilização do sócio-administrador por falhas na gestão da sociedade

III – FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Doutor em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo - USP
- Mestre em Direito Processual Civil pela Universidade de São Paulo – USP
- Graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR
- Formado em Business Negotiation and Mediation pela Universität zu Köln (Alemanha)

IV – PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES

- Disponibilidade Processual: a liberdade das partes no processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
- O Dever de Motivação das Decisões Judiciais: Estado de Direito, segurança jurídica e teoria dos precedentes. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2019.
- Direitos potestativos, autotutela e a resolução de compromissos de compra e venda. In Elie Pierre Eid (Org.). Ensaios sobre Autotutela. Londrina: Thoth, 2024.

Currículo

- Inferências negativas e a exibição de documentos e coisas na arbitragem. In: João Luiz Lessa Neto; Bruno Guandalini. (Org.). Provas e Arbitragem: teoria, cultura, dogmática e prática. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.
- A desconsideração da personalidade jurídica por abandono da sociedade limitada. In: Marcelo Abelha Rodrigues; Roberta Dias Tapinian de Castro; Thiago Ferreira Siqueira; Trícia Navarro. (Org.). Desconsideração da Personalidade Jurídica: aspectos materiais e processuais. Indaiatuba: Foco, 2023
- Os limites à renúncia à pretensão e ao reconhecimento da procedência do pedido. Revista de Processo, v. 47, p. 97-122, 2022.
- Breves comentários sobre a exclusão judicial de sócio por falta grave no cumprimento de suas obrigações. Cadernos Jurídicos (OAB PR), v. 45, p. 3, 2013.
- Iura novit curia nas arbitragens. Revista Brasileira de Arbitragem, v. 13, p. 54-78, 2016.
- Liberdade, autonomia e convenções processuais. In: CABRAL, Antonio do Passo; NOGUEIRA, Pedro Henrique. (Org.). Negócios Processuais. 1ed.Salvador: JusPodivm, 2020, v. 1, p. 21-54.
- Os limites à renúncia à pretensão e ao reconhecimento da procedência do pedido. Revista de Processo, 2020.
- Os limites objetivos da coisa julgada no Novo Código de Processo Civil. In: Teresa Arruda Alvim; Fredie Didier Jr.. (Org.). Doutrinas Essenciais: Novo Processo Civil. 2ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.
- Julgamentos antecipados parciais de mérito. In: Teresa Arruda Alvim; Fredie Didier Jr.. (Org.). Doutrinas Essenciais: Novo Processo Civil. 2ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.
- Coisa julgada e a vedação às decisões implícitas. In: Fredie Didier Jr; Antonio do Passo Cabral. (Org.). Grandes Temas do Novo CPC: coisa julgada e outras estabilidades processuais. Salvador: JusPodivm, 2018, v. 12.
- O conceito de precedente judicial, ratio decidendi e a universalidade das razões jurídicas de uma decisão. In: Dierle Nunes; Aluisio Mendes; Fernando Gonzaga Jayme. (Org.). A Nova Aplicação da Jurisprudência e Precedentes no CPC/2015. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
- Os novos limites objetivos da coisa julgada e regras de Direito Intertemporal. In: Flavio Luiz Yarshell; Fabio Guidi Tabosa Pessoa. (Org.). Direito Intertemporal. Salvador: JusPodivm, 2016, v. 7.
- Comentários aos arts. 642 a 673 do NCPC.. In: Teresa Arruda Alvim Wambier; Fredie Didier Jr.; Eduardo Talamini; Bruno Dantas. (Org.). Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- Comentários aos arts. 870 a 903 do NCPC.. In: José Sebastião Fagundes Cunha. (Org.). Código de Processo Civil Comentado. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- Liquidação de Títulos Executivos Extrajudiciais. Revista Brasileira de Direito Processual (Impresso), v. 20, p. 141-156, 2012.
- Inexequibilidade das Sentenças Declaratórias. Revista Dialética de Direito Processual, v. 92, p. 108-121, 2010.
- O mérito do processo e as condições da ação. Revista de Processo, v. 188, p. 69-100, 2010.
- Querela nullitatis e réu revel não citado no processo civil brasileiro. Revista de Processo, v. 202, p. 93-139, 2011.

Currículo

- O dever de veracidade das partes no processo civil brasileiro. Revista Dialética de Direito Processual, v. 97, p. 117-135, 2011.
- Resolução Liminar do Mérito. Revista Dialética de Direito Processual, v. 79, p. 115-135, 2009.

V – IDIOMAS

- Português
- Inglês
- Francês

VI – ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Direito Societário
- Direito Imobiliário
- Contratos
- Sucessões